

## **NARRATIVAS, SUBJETIVIDADES E RESISTÊNCIAS. UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE CONFINAMENTO E O LUGAR DAS MULHERES NO MUNDO DO CRIME NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**NARRATIVES, SUBJECTIVITIES AND RESISTANCES. A REFLECTION ON PRISON CONDITIONS AND THE WOMEN ROLE WITHIN THE CRIME WORLD IN SÃO PAULO STATE**

Luís Antônio Francisco de SOUZA\*

Larissa Delle SIQUINELLI\*\*

Paula Paschoal Rodrigues GARCIA\*\*\*

Vívia Carla Garcia FERREIRA\*\*\*\*

---

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma discussão sobre as condições de encarceramento de mulheres e seu lugar no mundo do crime. A situação carcerária brasileira contemporânea assinala o processo de encarceramento em massa, sobretudo o crescimento do número de mulheres cumprindo penas ou presas, mas aguardando julgamento. O confinamento de mulheres ocorre em unidades prisionais não adequadas o que gera extremo sofrimento psíquico e isolamento em relação ao contexto familiar, sobretudo no que diz respeito às visitas e ao acesso às necessidades específicas à condição de gênero. Neste sentido, a punição por meio da prisão reforça as desigualdades de gênero, mantendo as mulheres em posição de subalternidade na prisão e no mundo do crime. A pesquisa também indica mudanças a respeito destas condições e, em razão disto, pretende contribuir para o debate sobre o lugar das mulheres na sociedade brasileira contemporânea. A perspectiva analítica adotada baseia-se nas reflexões de Michel Foucault sobre o papel das prisões na subjugação e subjetivação da delinquência. A análise foi feita a partir dos depoimentos das mulheres e de observação de campo. As mulheres foram entrevistadas em dois presídios pertencentes ao sistema prisional do estado de São Paulo, nos anos de 2014 e 2015.

**Palavras chaves:** Prisões. Mulheres Presas. Justiça Criminal. Gênero. Direitos Humanos.

---

**Abstract:** This article presents a discussion about the conditions of imprisonment of women and their place in the world of crime. The contemporary Brazilian prison situation marks the process of mass incarceration, especially the increase in the number of women serving sentences or in prison, but awaiting trial. The confinement of women takes place in non-appropriate prisons which generates extreme psychological distress and isolation from the family context, especially regarding visits and access to the specific needs of the gender condition. In this sense, punishment through imprisonment reinforces gender inequalities, keeping women in a subordinate position in prison and in the world of crime. The research also indicates changes regarding these conditions and, because of this, intends to contribute to the debate on the place of women in contemporary Brazilian society. The analytical perspective adopted is based on Michel Foucault's reflections on the role of prisons in the subjugation and subjectivation of delinquency. The analysis was made from the testimonies of women and from field observation. The women were interviewed in two prisons belonging to the prison system of the state of São Paulo, in the years 2014 and 2015.

**Key-words:** Prisons. Women in Prison. Criminal Justice. Gender. Human Rights.

---

Submetido em 31/10/2019. Aceito em 15/06/2020.

---

\* Professor Livre-Docente – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9355-3936> - Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Univ. Estadual Paulista, Campus de Marília – Av. Hygino Muzzi Filho, 737, CEP: 17525-900, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: <lafraso@hotmail.com>.

\*\* Mestre em Ciências Sociais – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3889-4436> – Linha “Pensamento Social e Políticas Públicas” – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Univ. Estadual Paulista, Campus de Marília – Av. Hygino Muzzi Filho, 737, CEP: 17525-900, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: <larissasiquinelli@hotmail.com>.

\*\*\*Mestra em Sociologia – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0676-5779> - Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Pesquisadora do GEVAC (Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Rodovia Washington Luís, s/n, CEP 13565-905, São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: <paula.paschoalrg@yahoo.com.br>.

\*\*\*\*Mestra em História Cultural na UNICAMP – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3368-3998> - Linha "Gênero, subjetividade, cartografia e cultura material". IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas - São Paulo - Brasil - CEP 13083-896. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. E-mail: <viviancarlagf@gmail.com>.

## Introdução

*Me levaram pra tipo uma garagem, umas vans, aí levou a menor pra um canto, levou eu pra outro, falando que ia me matar, aí eu falei “quer me matar pode me matar, mas deixa só meu neném na minha barriga, pode me dar um tiro na cabeça já que você quer me matar”. Mas só apertaram meu braço assim e me bateram. [Tolanda (P1): 34 anos, parda, solteira, tem três filhos, 1ª série do Ensino Médio].*

No Brasil, e mais especificamente no estado de São Paulo, o número de mulheres encarceradas vem aumentando nos últimos anos, em proporção maior do que o encarceramento de homens. A situação social das mulheres no mundo contemporâneo é marcada por profundas desigualdades que são referidas às qualidades naturalizadas atribuídas às mulheres: feminilidade, dependência, fragilidade, maternidade e beleza. Mas, mais do que isto, refere-se também ao lugar social ocupado pelas mulheres no mundo privado e na esfera pública. Elas são colocadas, em grande parte, em posições de subalternidade em relação aos homens no trabalho e na lide doméstica. Tentando ultrapassar estas desigualdades socialmente construídas, as mulheres acabam sendo alvo de violência, incluindo a violência doméstica e a violência sexual. A condição feminina de subalternidade à dominação masculina se expressa de forma candente no cárcere<sup>1</sup>.

As mulheres encarceradas sofrem uma multiplicação de punições: isolamento, submissão a regras rígidas, privação do acesso à família, à sexualidade e às necessidades básicas específicas de gênero. O confinamento é doloroso para a mulher porque provoca o rompimento com suas relações familiares e amplia a dificuldade de acesso à sua situação jurídica<sup>2</sup>. A mulher presa é privada da maternidade e do cuidado com os filhos, é isolada da família e dos companheiros, sendo que sequer recebe visitas destes últimos. Neste sentido, o confinamento é um mecanismo de segregação social. Em sua maioria, as mulheres presas respondem por crimes relacionados às drogas, ou seja, crimes de menor potencial ofensivo. Elas têm ensino fundamental incompleto, são réis primárias, pretas ou pardas, e apresentam trajetória social de pobreza, violência sexual e de privações<sup>3</sup>.

Embora já existam muitas pesquisas sobre mulheres presas, o tema ainda é pouco explorado em sua dimensão específica de gênero. Em termos mais específicos, a análise da condição de encarceramento de mulheres pretende compreender o gênero não apenas como relação binária entre homem e mulher. Mais ainda, a análise pretende levar em consideração os marcadores sociais de raça e classe social (LAURETIS, 1994). Neste sentido, é necessário problematizar os processos sociais e jurídicos que capturam o corpo e a

---

<sup>1</sup> Conceito desenvolvido por Bourdieu, segundo o qual, “A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte” (BOURDIEU, 2002, p. 39).

<sup>2</sup> Uma das razões do alto encarceramento de mulheres é a falta de acesso à defesa: “Eu não tenho advogado. Veio um advogado uma vez, assinou, e depois nunca mais veio. (...) Nem defensor público. Tem o número desse advogado no meu processo, ele não pega e ninguém pega, eu já fiz de tudo pra destituir. (...) Nada destitui, a advogada da casa não me atende porque eu tenho advogado, mas todo mundo sabe que eu não tenho. Não consigo destituir. (...) Eu procuro atendimento com a assistente social e ela fala ‘ah, não é comigo’, procuro a advogada da casa e ela fala ‘ah, não é comigo’, aqui é um jogo de empurra, e eu vou ficando.” [Rafaela (P1): 52 anos, branca, viúva, tem 2 filhos, 7ª série do Ensino Fundamental]

<sup>3</sup> Foram entrevistadas 58 mulheres: elas têm idade entre 20 e 35 anos, são em sua maioria pretas ou pardas, não concluíram o ensino fundamental, apresentam baixa renda per capita e familiar. Em sua maioria são mães de mais de um filho, sendo que algumas tiveram seus filhos no cárcere. Suas trajetórias são marcadas por abandono familiar e violência doméstica, incluindo violência sexual.

sexualidade das mulheres, sobretudo em sua relação com os dispositivos prisionais<sup>4</sup>. As mulheres presas experimentam relações de dominação que giram em torno da sua categorização moral como mães e como esposas. A prisão e todas as formas de punição que estão implicadas no encarceramento reforçam estas características de desigualdade de gênero (PIMENTEL, 2017).

É dentro destas perspectivas que interessa pensar, e compreender, o processo de captura das mulheres pobres, pretas e periféricas pelo mundo do crime e pelo dispositivo carcerário. O encarceramento feminino vem aumentando de forma expressiva nos últimos 20 anos. Entre 2000 e 2014, houve um crescimento da ordem de 567,46% de mulheres presas no Brasil; no mesmo período, o encarceramento de homens cresceu 220,20%. No Brasil, 67% das mulheres presas são negras, 50% são jovens (de 18 a 29 anos), 57% são solteiras e 50% não concluíram o ensino fundamental. Do total de presas, 74% delas têm ao menos um filho, sendo que 37% delas têm três filhos ou mais. As mulheres estão presas no país majoritariamente pelos crimes relacionados às drogas: 62% das mulheres respondem por tráfico de drogas<sup>5</sup>.

Esta situação aponta para uma maior gestão do corpo, da sexualidade e das atitudes das mulheres na cena pública. Se até meados do século XX, a questão do controle da mulher passava pela esfera doméstica e contemplava a religião e o assistencialismo, hoje, a situação está em rápida transformação. A maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços públicos e, em especial, no mundo do crime, está aliada a uma maior criminalização de suas atitudes, sobretudo das mulheres negras e periféricas (SILVESTRE, 2012; SOUZA, 2016; PADOVANI, 2010). As mulheres adentraram o mundo do trabalho, o mercado legal, informal e ilegal pelas portas do fundo, ou seja, em condições de extrema desigualdade de condições e de direitos (TELLES, 2011). A condição marginal da mulher no mercado de trabalho, acrescida dos controles violentos típicos das relações desiguais entre os gêneros, colocou a mulher em condições de maior vulnerabilidade: baixos salários, duplicação da jornada de trabalho e cuidados com os filhos (SOARES E ILGENFRITZ, 2002). Esta condição subalterna da mulher também se reflete no mundo do crime e nas instituições criminais, particularmente nas prisões (LEMGRUBER, 1999, ANDRADE, 2011). Neste sentido, a Lei de Drogas teve um efeito altamente perverso sobre as mulheres, pois permitiu que fossem enquadradas neste crime em razão das mais diversas situações sociais: durante as visitas a seus companheiros, por estarem juntas no momento da prisão do companheiro, por terem de assumir responsabilidades diante do mundo do crime quando os companheiros estão presos, ou por não terem capital econômico ou simbólico diante da apreensão pela polícia (SOARES & ILGENFRITZ, 2002). Percebe-se que as relações afetivas são um componente importante na captura da mulher pelo crime e pela prisão. Em muitos casos,

---

<sup>4</sup> É a partir da crítica da noção de um universal masculino e da ideia da mulher como um masculino faltante ou invertido, que a epistemologia feminista traça novas representações femininas. A filósofa Luce Irigaray (2002) propõe pensar a questões de gênero colocando a mulher na figura do outro ao lado do *outro* masculino, uma ruptura do sujeito universal na medida em que contesta a ideia da mulher como uma derivação masculina.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf/view> e em: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca-1/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes/pagina-3/24levantamento\\_nacional\\_info\\_penitenciaras.pdf/view](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca-1/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/24levantamento_nacional_info_penitenciaras.pdf/view)

relatados durante as entrevistas, as mulheres estão em uma relação com alguém, em geral, com um companheiro. A dominação de gênero coloca a mulher numa posição de carência afetiva e econômica diante dos homens (MELO, ALVES e CAVALCANTE, 2015). No vácuo que parece existir entre os papéis femininos relativos ao lar e à vida doméstica e as representações discursivas sobre seu lugar subalterno no mundo do crime parece operar, portanto, uma lógica que carrega um duplo ônus às mulheres. Ora elas são vistas como péssimas mães ou esposas, ora são vistas como incapazes de compreender as dinâmicas do crime: nem mães e nem criminosas, as mulheres ficam num espaço indiscernível que as submete a várias formas de punição (AGAMBEN, 2004; SOUZA e SIQUINELLI, 2018).

As unidades prisionais do Estado de São Paulo, objetos da pesquisa de campo, são muito problemáticas. A unidade situada na Capital do estado (P1) foi inaugurada em 1973, abrigando inicialmente 80 mulheres, e passou por várias adaptações. No ano de 2013, havia 780 presas, sendo que mais de 400 eram estrangeiras das mais diversas nacionalidades; num pavilhão específico, criado em 2013, havia 76 mulheres com seus bebês e 16 mulheres grávidas. Muitas delas eram provenientes de outras unidades do estado e para ali foram transferidas durante a amamentação. Existiam na unidade oito empresas privadas, sendo que a maioria atua na área de produtos hospitalares. Uma boa parcela das presas conseguia trabalhar, sendo que auferiam em média um salário mínimo. Este valor em geral é enviado para as famílias, permite à presa formar uma pequena poupança ou é utilizado para a compra produtos de necessidade básica. As mulheres que não conseguem trabalho dependiam do que as famílias trazem nas visitas. O acesso à saúde era precário. Por ocasião da pesquisa, o setor de saúde estava fechado para reformas e a unidade prisional não contava com ginecologista, por exemplo. O espaço destinado à visita íntima, chamado de motel pelas funcionárias, contava com 20 quartos com camas de alvenaria. Para as visitas íntimas, as mulheres recebiam quatro preservativos e um sabonete. Muitas mulheres se queixavam do virtual abandono por parte de seus maridos e/ou companheiros.

A unidade situada no interior do estado (P2) contempla regime fechado e semiaberto, tendo sido inaugurada em 2011 especificamente para atender mulheres. A unidade tem capacidade para 780 presas, mas, durante a pesquisa, abrigava 1279 mulheres, distribuídas em quatro pavilhões. O pavilhão 4 abrigava as sentenciadas e as consideradas perigosas; os pavilhões 1 e 3 abrigavam as mulheres em regime provisório; o pavilhão 2 abrigava as idosas, as gestantes, as estrangeiras e as que conseguiram acesso às poucas oportunidades de trabalho. Cada cela abrigava mais de seis presas, que eram obrigadas a fazer rodízio para dormir. A penitenciária contava com ala de amamentação que abrigava, durante a pesquisa, 28 presas. Havia 83 mulheres no pavilhão disciplinar em razão de faltas disciplinares. A P2 está situada numa cidade do extremo oeste do estado, sendo assim havia poucas oportunidades de convênios com empresas e, portanto, pouco trabalho. Havia uma oficina que produz palha para cigarros e outra que produz material para festas infantis. Existiam frentes de trabalho que atuam no município próximo, particularmente para realização de podas e de jardinagem. As mulheres também eram empregadas na manutenção da rodovia principal da região, um trabalho evidentemente insalubre e perigoso. A grande maioria das mulheres permanecia nos

pavilhões ou na tranca dia inteiro. Algumas mulheres trabalhavam na estação de tratamento de esgoto da unidade, na cozinha, na limpeza e na padaria. O semiaberto da unidade estava instalado numa estrutura metálica, em forma de galpão, com grades e cercas de arame farpado. Em torno de 200 mulheres ocupavam de forma improvisada este espaço originalmente planejado para acomodar 100 presas. As condições eram muito precárias em termos de manutenção e de higiene, pois os chuveiros estavam quebrados e as latrinas constantemente entupiam. Sem mencionar o calor abrasador numa região muito quente do estado de São Paulo. Durante nossa entrada na unidade, as mulheres do semiaberto fizeram reivindicações e denúncias contra as condições insatisfatórias de cumprimento da pena.

Em razão de todas estas considerações, o presente artigo pretende ultrapassar as dinâmicas que colocam as mulheres presas na condição de infâmia sem glória e sem direito de falar sobre si mesmas. Neste sentido, o lugar de onde as mulheres falam sobre sua condição é importante para perceber e problematizar subjetividades subalternizadas em razão do gênero, da raça e da classe social. Nas entrevistas realizadas, foi observado que para além do discurso de vitimização, as mulheres atuam e procuram compreender sua situação. Suas narrativas evidenciam a consciência de seu lugar social e das constantes lutas que travam em busca de afirmação de suas identidades<sup>6</sup>. Assim, ainda que em alguma medida elas reproduzam a lógica vigente por meio de frases que visam capturar nossa simpatia, percebe-se, nos detalhes, nos olhares e no tom de voz um esforço destas mulheres em busca de sentido. Elas demonstram um grande desejo de tomar seus destinos em suas próprias mãos e a relação com os filhos é parte fundamental desta narrativa. Suas vozes falam de um silêncio proveniente de uma condição social e política subalternizada. A condição de vítima e a participação no mundo do crime aparecem como chave de sentido em algumas narrativas, mas também algumas formas sutis de resistência. O discurso da vítima aciona mecanismos de simpatia e o discurso do crime aciona a razão da não subordinação a uma ordem masculina dominante. A relação das mulheres com o mundo do crime e com o mundo do encarceramento pode ser compreendida, assim, como um protagonismo subalterno, na medida em que, por mais que elas ganhem espaço e alguma visibilidade, ainda permanecem em posições secundárias e dependentes. O que se percebe é uma luta silenciosa e dolorosa das mulheres num universo dominado por homens, uma resistência confusa, que ora pende para o lamento em razão das perdas sociais e familiares sofridas, ora pende para a esperança de uma vida melhor fora do cárcere (SOUZA, 2016; SOUZA e SIQUINELLI, 2018).

Portanto, o centro da discussão é a maneira pela qual as mulheres constroem sua subjetividade, falando de si mesmas e de suas experiências. Nas entrevistas, estas mulheres puderam assumir-se como

---

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas em espaço reservado, sem a presença das agentes prisionais, e com uma pesquisadora e um pesquisador, para evitar vies de gênero. Em média, as entrevistas duraram uma hora e foram gravadas. Foi mantido sigilo dos nomes das entrevistadas e das unidades prisionais observadas. Os nomes das mulheres são fictícios e foram atribuídos pela equipe de pesquisa. A cor das presas foi autodeclarada, assim como os demais dados sociais. O roteiro de entrevista semi-estruturada foi dividido em perguntas relativas ao perfil das presas, situação pregressa à prisão, condições em que a detenção ocorreu, contato com a política, julgamento e defesa, contato com o crime, condições de cumprimento da pena, vida no cárcere e perspectivas futuras. A presente análise não utiliza todas as entrevistas realizadas e não apresenta uma sistematização de todo o questionário. Optamos pela transcrição literal das entrevistas, evitando ao máximo interferir nas falas. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

sujeitas (RAGO, 2013; FOUCAULT, 2005; 2010)<sup>7</sup>. Será que, através do ato da narrativa de si, estas mulheres puderam então compreender a sua situação de subalternidade? Se a resposta é afirmativa, o conhecimento de si é também uma prática política, uma forma de constituição de um sujeito ético (MCLAREN, 2016). Partindo, portanto, de um espaço masculinizante (CHIES, 2008), heteronormativo (BUTLER, 2003) e de mortificação do eu (GOFFMAN, 2001), as mulheres contam suas histórias, reelaboram sua subjetividade e reinventam seu lugar na sociedade. Pensando a partir de uma perspectiva de gênero, é importante uma escrita histórica que coloque em pauta as narrativas de mulheres em seus contextos de invisibilidade. É possível, conseqüentemente, escrever uma história das mulheres que rompa com os silêncios e que restabeleça narrativas e experiências coletivas (PERROT, 2017).

## 1. O cárcere e as privações subjetivas e familiares

Minha família ainda não veio me visitar, tá tudo certo pra eles vim, daí ela falou assim que eu não ia ver por que eu tô de castigo. Eu não posso receber visita, tem que cumprir 30 dias de castigo sem receber visita, só tiraram eu da tranca. [Judite (P2), 22 anos, branca, solteira e tem 2 filhos, 1ª série do Ensino Médio].

O sofrimento subjetivo e as privações em relação à família estão presentes em quase todas as entrevistas, na medida em que a família é elo com o mundo exterior, que se concretiza de forma precária por meio das visitas semanais. Mas a privação ou limitação das visitas não é experimentada como abandono; em grande parte, as mulheres reputam às limitações do cárcere e às exigências excessivas o fato de ficarem sem contato com os familiares, sobretudo filhos.

Eu me dou melhor com a minha irmã mais nova que tem meus sobrinhos, tenho mais afinidade com ela. Eu sou a mais velha e ela é a irmã mais nova de todas. Tem 32 anos, e os filhos dela são minha paixão, amo eles. A tatuagem que fiz é com o nome deles. A principal reclamação que tenho é sobre as visitas, como eles são crianças e não são meus filhos, não tenho a guarda deles, eles não podem entrar para me visitar, no dia das crianças minha irmã veio de madrugada para eu poder ver eles que a diretora tinha prometido que deixava e na hora de entrar não deixaram. [Shirley (P1), 41 anos, negra, união estável, nenhum filho, 3ª série do Ensino Fundamental]

Então, a única pessoa que vem me visitar é meu esposo e meu filho, a minha filha não vem, por que ela não consegue vim, porque ela teve depressão, no tempo da minha prisão aqui, sofreu muito, e ela não conseguiria imaginar ela vim e ela sair e eu tenho que ficar. Então acabou que ela não veio, vou ver ela agora no final do ano. (...) E como meu esposo já ficou preso, já faz cinco anos que ele tá na rua, ele nunca mais teve problema com a justiça, mas a unidade não permitiu que ele entrasse, então a minha visita é no parlatório, e trouxe meu filho aí a unidade pegou e colocou meu filho no vidro, com oito anos, aí ele entrou em depressão. [Marilda (P2): 37 anos, parda, amasiada, tem dois filhos, 1ª série do Ensino Médio]

---

<sup>7</sup> Estamos aqui pensando nas discussões sobre os processos de subjetivação e sobre as práticas de si, muito bem desenvolvidas nas discussões de Michel Foucault (2005; 2010).

Teve a oportunidade do dia das crianças, aí podia trazer os quatro [filhos]. Que dois é dele [marido] e dois não. Aí ela ligou, a assistente social é um amor, no que ela puder ajudar ela ajuda. Só que a casa só deixa uma ligação, e eu precisava de duas ligação, uma pra ligar pra vó pra trazer eles de volta e a outra pra ele comunicando que a carteirinha dele tava pronta depois de 2 meses. Aí ela ligou. Tá. Aí ela não me chamou, e eu esperando, esperando... E tipo assim, você não tem oportunidade de você chegar e [falar] “oh, senhora, posso ir lá na assistente social?” no caso da guarda. Não, é quando ela te chama, não é quando você quer. (...) Todo domingo é aquela expectativa né, “vai entrar, vai entrar, vai entrar”, aí dá 1h, 2h, 3h, 4h [da tarde], não entrava. [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

As visitas, que se constituem como um direito no discurso jurídico, no cárcere tornam-se problemas e causam sofrimento e incertezas para as mulheres presas. Seja em relação à ausência dos parentes, seja em relação aos limites impostos pela burocracia, as visitas ocupam grande espaço nas conversas e nas preocupações das mulheres. E, nesta direção, a separação em relação aos filhos é o que causa mais queixas<sup>8</sup>.

Minha mãe cuida dos meus filhos. Eu tenho 3 filhos, o meu filho de doze anos e a minha filha de 10 é do meu primeiro casamento. Agora, a minha bebê não, é de um outro relacionamento. Ela tem 1 ano e 11 meses, ela nasceu aqui na cadeia. (...) foi estranho, foi difícil. Principalmente na hora que tive que entregar ela, né, até hoje assim, eu fico olhando fotos dela, sinto saudade. (...) me prenderam, tava com quase 8 meses de gravidez, um barrigão enorme, aí eu tinha muito sangramento, e o sangramento aumentou mais do que quando eu tinha, era sempre indo pro hospital e o médico começou a me acompanhar mais com especialidade, e quando eu ganhei a neném, o médico oncologista acompanhou meu parto, foi feita uma biópsia e diagnosticaram que eu tava com câncer no colo do útero. (...) Aí fizeram todos os exames, tomografia, ressonância, aí eu fiquei com a minha neném, ainda fiquei um pouco de tempo ainda, fiquei 8 meses e 8 dias, aí eu entreguei ela que não dava mais. Mas foi muito difícil que eu já tava doente, eu tinha que entregar minha filha. [Iolanda (P1): 34 anos, parda, solteira, tem três filhos, 1ª série do Ensino Médio]

A parte que eu fiquei mais triste foi que quando eu saí de casa [meu filho] não falava. E aí eu arrumei as coisas tudo, aí ele falou assim, “mamãe, nenê não”. Aí eu “nenê sim” (...) aí sabe quando cai a ficha! Ele tá falando! Aí ele [marido] falou assim “quando você saiu de casa deu uns 4 dias e ele começou a falar”. (...) na hora de ir embora é muito triste. Ela [filha] falou “mamãe, você vai pra casa com nós?”, falei “não, papai vai levar vocês pra casa, mamãe vai ficar com a nenê e depois nós vamos pra casa, tenho que ficar aqui por causa da nenê”. Coitada. Aí eu nem olhei pra trás porque é muito triste. [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

---

<sup>8</sup> “Esta privação produz uma ruptura na identidade das reclusas, e embora a vertente afectiva não possa ser dissociada dos papéis desempenhados (sendo evidente que se consubstanciam) há que não escamotear a vertente sociocultural dessa ruptura. Uma ruptura agravada pelo facto de as visitas dos parentes serem dificilmente assíduas” (CUNHA, 1991, p.15).

Já tô sofrendo já com a entrega, a minha irmã vai ficar com ele, ela tem que vir ainda conversar comigo, porque pelo que me falaram talvez ela não vai ficar com o meu filho, aí me preocupa mais, por que aí vai pro abrigo, aí quando a gente sai da cadeia e pega, se passar mais de um ano aí vai pra adoção, acha que meu filho vai pra adoção? Ela vai vir ainda. [Lurdes (P2): 29 anos, parda, solteira, tem oito filhos, 1ª série do Ensino Médio]

As mulheres que parem na prisão passam por um sofrimento subjetivo maior que as outras mães. Afinal, além do vínculo afetivo, há todas as incertezas em relação ao futuro da criança, bem como sobre a relação que será estabelecida depois do cumprimento da pena. Esta situação se agrava quando as mulheres não podem contar com membros da família que possam ficar com a guarda das crianças (SOARES E ILGENFRITZ, 2002; SIQUINELLI, 2018).

A visita íntima também é cercada de dificuldades, incertezas e limitações. Uma das unidades permitia a visita íntima, mas a outra não oferecia condições para que ela ocorresse. Sendo assim, as mulheres vivenciavam uma situação de privação do contato com companheiros e de desenvolvimento de relações sexuais e afetivas<sup>9</sup>. A sexualidade é uma espécie de tabu na instituição, e é cercada de silêncios e de referências jocosas entre funcionárias. Por exemplo, elas costumam dizer que as mulheres chegam todas “arrumadas” na instituição e saem “joãozinho”. As identidades sexuais são construídas, reconstruídas e subjetivadas ao longo do período de confinamento e a rotina da instituição é fundada na heteronormatividade, o que reforça as essencialidades sobre o que é o feminino (PADOVANI, 2010; BUTLER, 2003). A instituição não tem condições necessárias para lidar com a questão de gênero, pois não prepara o seu staff para as necessidades e características específicas das mulheres<sup>10</sup>. As mulheres expressam críticas à maneira como a visita íntima é organizada:

Eu acho que tem que melhorar o motel que são só duas horas de íntima. Tinha que ser mais. Tinha que ser pelo menos quatro horas por que na cadeia de homem, faz sexo de sábado e domingo até com mais de uma mulher lá dentro. Como vocês sabem passa na televisão de vez em quando né. E aqui são só duas horas. [Vitória (P1): 56 anos, parda, casada, 3 filhos, 8ª série do Ensino Fundamental]

A única coisa que eu não tenho aqui é íntima porque aqui a gente tem visita íntima de quinze em quinze dias né, que é nesse motelzinho aqui da frente que eu acho um pouco humilhante, aí eu não vou. Conversei com ele, ele também não se opôs, então eu não tenho visita íntima. Ele vem todo domingo no pavilhão. [Dirce (P1): 45 anos, parda, casada, 1 filho, Ensino Médio Completo]

Ah, tem o hotel. (...) Você pode ir a cada 15 dias, acho que é 2 horas, 2, 3 horas. Mal entrou já saiu. Mas nem é tanto de fazer amor e essas coisas, é mais de conversar, você quer conversar, depois de uma conversa legal aí você vai dar uma namorada, tal, quer tirar um descanso... (...) Em outros lugares não é assim, eu não sei cadeia de mulher (...), mas cadeia de homem, assim que você entra no pavilhão fica até às 4h da tarde, na sua

---

<sup>9</sup> “A sexualidade das mulheres encarceradas necessita de um parecer formal da diretoria, como a visita íntima ou mesmo da permissão informal de funcionários e das outras mulheres sentenciadas” (cf. PADOVANI, 2010, p. 93).

<sup>10</sup> “De modo geral, a questão da sexualidade nos presídios é tratada com muita hipocrisia: a liberalidade sexual do mundo de hoje se contrapõe frontalmente aos preconceitos, tabus e julgamentos morais que regem a sexualidade dentro da prisão” (Soares e Ilgenfritz, 2002, p. 43).

cela. [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

As necessidades de consulta médica e do uso de medicação específica e contínua são problemas nas unidades pesquisadas. A assistência à saúde é precária e, em geral só há clínicos gerais. Os efeitos das privações são devastadores e muitas mulheres apresentam quadro de depressão e de obesidade. A alimentação não parece ser balanceada e o sofrimento psíquico é tratado na instituição pela via da medicalização sistemática<sup>11</sup>.

Eu passei no psicólogo uma vez aqui, referente ao caso do meu filho, eu tenho depressão também, quando eu cheguei aqui eu pesava 68 quilos, eu fui pra 48 quilos, eu só chorava e chorava e chorava. Tive atendimento com a direção, a direção me encaminhou pro psiquiatra, o que eles me deram: remédio pra dormir. Eu não quis tomar. (...) A única coisa que eles dão é remédio pra dormir, pra dopar as pessoas, as pessoas aqui vivem dopadas, bem dopadas. (...) Dormindo, as pessoas na verdade não engordam, incham, as pessoas vão inchando, inchando, e tomando aquele remédio e dormindo. A maioria vive dormindo. [Marilda (P2): 37 anos, parda, amasiada, tem dois filhos, 1ª série do Ensino Médio]

Falar pra você, tem que se apegar com Deus, que ali não te dão assistência, que se você precisar de um remédio eles não ajudam. Só comida, isso quando não vem estragada. Então é complicado sabe. Passei meus dias praticamente em inclusão, saí de uma e vim pra outra. E nisso eu falo, preciso ir no médico, tô com alergia, cheia de alergia. Desses dois meses eu fui receber o remédio hoje. E aí na inclusão falava assim “ah, mas não tem médico?”, “não tem médico!”, aí eu falei “mas como não tem médico?”, quer dizer que se você morre aqui vem a família pega seu corpo e leva embora? Você tá entendendo? (...) Aqui não tem nada. Aqui se você tiver uma cólica eles te dão dipirona, se tiver uma dor de cabeça te dão um buscopan (...) Você tá entendendo? [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

A preocupação com a saúde, por parte da instituição, está subordinada à lógica do controle da massa carcerária. Mas, afinal, no estado mais rico do país, como justificar as mazelas relacionadas às condições de higiene? As instalações das unidades são muito precárias, o que aumenta risco de doenças e o sofrimento. As condições de subsistência no cárcere, para estas mulheres, beiram à desumanidade. Talvez, a desumanização, como a mortificação do eu, seja um mecanismo de controle e de subjugação, como relatam as mulheres, mostrando que têm total consciência de que estas condições são inadequadas<sup>12</sup>:

---

<sup>11</sup> Débora Diniz (2015) realizou uma pesquisa etnográfica na qual acompanhou atendimentos do Núcleo de Saúde do Presídio Feminino do Distrito Federal. A autora destacou a questão do tráfico e uso de drogas, sobretudo, algo comum dentro dos presídios, a dependência de craque e as consequências de seu uso. Algumas delas são problemas de abstinência, modificação dos corpos e alterações mentais, condições que requerem a prescrição de outras drogas pelos “coletes brancos” (profissionais de saúde, médicos, psicólogos ou assistentes sociais que intermediavam as suas entrevistas com as mulheres).

<sup>12</sup> Nana Queiroz (2015) analisa a forma como são tratadas as mulheres nos presídios e diz ser da mesma forma como se tratam os homens. As necessidades de gênero não são atendidas, retratando algo chocante, como a falta de absorvente que fazia com que muitas mulheres usassem miolo de pão como forma de estancar o sangue. As condições de higiene, portanto, são precárias, incluindo o atendimento às gestantes e aos recém-nascidos. Vasos sanitários quebrados, vazamento de água e esgoto, comida e celas muito sujas são alguns dos problemas.

No fechado é bem mais organizado, por que é uma cela pequena, no máximo em quatro, por que mais que isso não cabe, é bem pequena mesmo. Mas assim, é bem limpa. Já aqui é complicado, estou há 14 dias eu já vi o suficiente pra ver que não é um lugar que dá pra gente sobreviver, inclusive ontem eu vi uma reportagem em relação a preso e eu falei, imagina se alguém viesse aqui, quando foi hoje apareceu essa pesquisa. Ali é muito sujo, a mesma vassoura que se lava o vaso, o banheiro, se lava a pia, onde a gente lava copo, colher. Aquele monte de colchão tem pulga porque tem os gatos, virando pulga no colchão, no banho se corre o risco de pegar uma sífilis, uma hepatite, por que a gente vem no fechado, lá dentro a gente faz exame, tudo, a gente sabe que a gente não tem nada. (...) Porque de uma certa maneira a gente tá com baixa resistência, porque a gente não tem uma alimentação adequada, de comer, entendeu, se cuidar, pra dormir, por que a gente dorme no chão. (...) Em relação à higiene, se você não tomar cuidado, você acaba ficando doente. (...) A questão da limpeza ali, aquela parte que é onde a gente dorme, que seria um refeitório, limpamos um dia sim e um dia não o chão. Sabão não existe. Não, é só o desinfetante, sabão às vezes tem, mas água sanitária não tem mais, foi cortada. (...) Não tem como, ou você se cuida ou você cuida do espaço que você tem, então acaba usando sabão em pó que a família manda pra gente, que a família manda pra gente pra botar numa roupa, a gente acaba jogando no chão. Então a gente se cuida, mas não como gostaria. [Marilda (P2): 37 anos, parda, amasiada, tem dois filhos, 1ª série do Ensino Médio]

Falei pro delegado “delegado, pelo amor de Deus, eu tô grávida, deixa entrar alguma coisa pra mim, um sabonete uma pasta de dente, a casa não fornece. Nada, nada. Aí as companheiras ajudam, mas ajudam também só até a hora que elas querem. (...) Aí fica devendo, lógico, aí tem que pagar. (...) Então assim, não é questão de falar mal da comida. Nós toma café da manhã, almoça, vem uma sopa ou uma gelatina e um mingau, só. À tarde vem até um lanchinho da grávida, mas nem me pergunte como é o lanche que quando você vê. (...) No caso deveria ser um negócio balanceado por causa da gestação e tudo. (...) Vem um pão misturado no óleo e no açúcar. Sabe? Rabanada. Leite estragado. (...) Tipo assim, a comida vem com cabelo. O que você vai fazer? Então ou você tira o cabelo e come ou você não come. [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

Muito difícil, se você ficar preso aqui 10 anos você vai ficar com essa roupa 10 anos. Roupa é difícil, comida é horrível, não é pelas presas que fazem, é pela quantidade de coisas que elas têm pra fazer, que nem, vamos supor: tem uma cebola pra fazer comida pra todas as presas não dá né, tempero. A comida é horrível. (...) Eu acho é mais porque você fica nesse lugar, quando acontece coisa assim, tipo, tem muita gente que vai pro PD por coisa besta. (...) A gente já num lugar desse, é um inferno, é pura maldade, então, você vai ficando com mais raiva ainda, mais, tipo né, já tá assim ainda tem que aguentar um monte de coisa, ainda mais que pode prejudicar, por que tem funcionárias aqui que elas querem te prejudicar mesmo. [Judite (P2), 22 anos, branca, solteira e tem 2 filhos, 1ª série do Ensino Médio]

Portanto, as privações e o sofrimento constituem uma parte importante das estratégias da prisão para manter as presas subordinadas à autoridade; também servem como mecanismo mortificador, como um intensificador da punição. Estas condições, também, acabam estimulando o aumento das tensões dentro do presídio e obrigam as mulheres a procurar soluções e estratégias informais o acesso ao que lhes é negado. Mas as mulheres presas entendem o que está acontecendo com elas, elas sabem que a instituição produz

sofrimento desnecessário. Um equilíbrio precário se estabelece entre dominação institucional e a tentativa de afirmação das identidades femininas subalternas.

## **2. “Aqui não é o creme”: a mulher no mundo do crime**

As entrevistas realizadas nas unidades prisionais de São Paulo permitem um vislumbre sobre a condição das mulheres no mundo do crime. Há uma tensão entre a condição subalterna e um novo protagonismo. A subalternidade da condição da mulher na sociedade se reflete em sua posição no crime. Um maior espaço de participação social tem levado as mulheres a assumirem também posições mais importantes na estrutura e na hierarquia do crime. A mulher tende a se inserir no crime a partir de uma relação de dependência com seu companheiro. Esta dependência fica bem evidente quando as mulheres são presas fazendo papel de mulas nas visitas prisionais. Mas elas também aparecem no interior do sistema de dívidas que o crime impõe à mulher quando seu companheiro é preso. E de uma forma mais direta, a subalternidade aparece quando é efetuada a prisão. Em meio a relações machistas, a mulher tende a estar menos protegida e tende a estar mais vulnerável às ações da polícia. Não é por menos que as mulheres respondem basicamente por crimes ligados às drogas e estão em grande parte em situação de prisão provisória. Embora tendo um papel inferior na estrutura organizacional do crime, a situação nos últimos anos vem se alterando. Os discursos das mulheres presas, neste sentido, são reveladores. A instituição, em geral, nega a existência de mulheres vinculadas ao PCC, mas nas entrevistas fica evidenciado que elas estão, de fato, ocupando posições mais importantes na estrutura do partido. Enquanto a prisão tende a ver a mulher pelo lado de uma feminidade subalternizada, simbolizada pelo “creme”, ou seja, pela beleza e delicadeza, as mulheres cada vez mais se referem a si mesmas como “criminosas”, sem receio de julgamentos morais desvalorizadores (SOUZA e SIQUINELLI, 2018)<sup>13</sup>.

Há as situações em que as mulheres são ludibriadas pelos companheiros, numa clara demonstração de dependência afetiva e emocional. O depoimento abaixo revela as complexidades destas relações assim como o caráter precário das mesmas:

[Isso] tem relação ao pai da minha filha uma vez ele roubou. Não lembro, não lembro quantas folhas de cheque, acho que duas folhas de cheque. Ai ele pediu pra eu preencher falando que era do amigo dele, e que ele tinha pegado emprestado, e que ele queria comprar um tênis e umas roupas. Ai eu fui e preenchi. Ai quando eu fui chamada na delegacia, eu fui lá e preenchi do jeito que eu preenchi. O cheque deu que a letra era minha, entendeu? Só que eu deixei bem claro que eu não sabia. Até então, ele não tinha me falado. Ele só falou que tinha roubado quando estourou o problema. Ai o juiz deu

---

<sup>13</sup> Em toda a pesquisa de campo, os pesquisadores ouviram funcionários/as e gestores/as prisionais dizerem que as mulheres presas não têm vinculação com o chamado crime organizado. As razões para isto, segundo os depoimentos, é que as mulheres não são organizadas, gastando parte de seu tempo em conflitos pessoais, fofocas e fuxicos. Para as funcionárias, as mulheres não seriam competentes para pertencer a uma organização como o PCC. A presença e o papel das mulheres no crime estão mudando, mas o PCC continua sendo uma organização essencialmente masculina (Dias, 2013).

pra ele, eu não sei o que o juiz deu, na verdade. Por que aí nós já tínhamos separado e já tinha casado com outra pessoa. Quando saiu esse negócio, ele tinha fugido e eu estava na cidade. Pra mim veio um ano e dois meses de serviço comunitário, aí eu não cumpria direito porque nesse último relacionamento meu ele não me deixava sair sozinho deixava eu sempre trancada dentro de casa. [Dalila (P2): 31 anos, branca, solteira, 2 filhos, 1º ano do Ensino Médio]

Eu tenho cinco sequestros o primeiro eu fiz porque eu precisava né porque esse meu marido esse que me abandonou aqui dentro ele tava preso, e esse meu filho tava preso por isso também. [Vitória (P1), 56 anos, parda, casada, 3 filhos, 8ª série do Ensino Fundamental]

As relações entre mulher e homens no mundo do crime tornam-se mais complexas, sobretudo quando os fatores polícia e crime organizado entram em cena, mas, mesmo assim, a mulher parece ainda continuar na posição de vítima. Não é, evidentemente, uma vítima inconsciente de seu papel no crime, mas sim de uma vítima que sabe os limites e as consequências de seus atos e toma os cuidados necessários, mesmo diante das fragilidades da situação de gênero, como é relatado abaixo:

Eu conheci ele [ex] por uma amiga. Eu ia pras baladas né e eu trabalhava e de noite ia pra balada. Aí ela falou assim “vamos visitar meu irmão?”, e eu falei “não, já tenho meu irmão que ficou na cadeia a vida toda, já sei como é, não quero”. Aí ela me chamou pra ir, pra ir no Mato Grosso passear. Aí fui. Devido a ele não ter visita, aí eu me comovi né, acabei falando com ele no telefone, ele falou “ah, você não precisa ficar comigo nem nada, só traz as coisas pra mim” que no caso seria comida, jumbo, essas coisas. (...) Ele me deu pra usar um telefone junto com ele, aí como o telefone não era dele era dos irmão [PCC] aí quando grampearam, grampeou eu falando no telefone. Então aí eu assinei um 35, associação ao tráfico, só que assim, eu não tava falando nada demais. (...) São 42 no processo, só que metade tá preso e metade é a mulher dos presos. Então aí é complicado, no outro dia eu tentando ligar pra ele pra falar com ele e tal, e eu descobri que tava grávida, que eu fui pra São Paulo mais pra conseguir fazer o teste. No dia depois ele me ligou e falou “onde você tá?”, falei “tô aqui em São Paulo esperando pra pegar o ônibus”, ele falou “não, sai daí onde você tá agora”, aí eu perguntei o que tava acontecendo e ele “ó, é o seguinte, grampearam o telefone (...) pegaram todas as meninas dos irmãos, e no caso só quem não pegou foi você”. Naquilo eu me desesperei, falei, “você acabou com a minha vida”. Eu tava de 4 ou 5 meses com ele. [Aspásia (P1): 31 anos, branca, casada, tem 4 filhos e estava grávida de 9 meses, 1ª série do Ensino Médio]

As relações afetivas são componente essencial na lógica do presídio e na ordem do crime. E as mulheres são capturadas nestas relações, como companheiras, esposas e mães. É numa textura complexa de companheira/amante que a mulher é submetida ao homem e ao criminoso. A captura se dá no mais das vezes pela cumplicidade nos crimes. Neste sentido, quando as mulheres visitam seus companheiros, estão se enquadrando nesta estrutura que as torna mais vulneráveis à ação das instituições de repressão<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A pesquisa etnográfica de Silvestre (2012) na prisão de Itirapina, interior do estado de São Paulo, teve como interlocutoras as mulheres que visitam os seus companheiros presos. A pesquisadora observou a tensão presente em suas falas, já que elas consideraram o apoio delas e da família como algo importante para a ressocialização dos presos e, ao mesmo tempo, acusavam as mulheres de homens ligados ao PCC de valorizarem o crime.

O crime se converte em crime de forma sutil, sem explicações e racionalizações. Embora a mulher ainda esteja numa posição de subordinação, não é mais uma vítima, agora ela atua, negocia e participa dos “negócios” do companheiro. E, ao ter uma posição de mais poder, pode ter capital simbólico para negociar com as instâncias do estado, que, como sabemos, tomam parte integrante no mundo cinzento dos ilegalismos populares (TEIXEIRA, 2016; TELLES, 2011).

Aí eu me envolvi com uma outra pessoa, que era um estelionatário. E devido a isso eu acabei aprendendo um monte de coisa. A vida era difícil e assim era mais fácil. (...) Eu fiquei nessa vida uns 8 anos. (...) aí eu fui presa, mas era assim, um crime simples, eu ia [presa] na sexta e saía na segunda. Da terceira, quarta vez que eu fui mesmo presa. Mas nunca ficava. Eu fui presa em 94 e saí em 96. (...) Aí eu saí. Me separei desse marido né. Me separei porque quando eu saí daqui ele já tava casado com outra, aí eu me separei. (...) Aí eu me envolvi com esse último marido (...) ele tinha uma gráfica, ele fazia panfleto, coisas políticas, divulgação, mas também pediam e ele fazia umas coisas assim, folhas de cheque, coisas desse tipo. (...) Eu nunca estive nesse lugar, mesmo. Era um galpão dele e ele trazia só pra eu ver a qualidade do produto. (...) Uma vez chegou uns policiais lá e ele não estava. Daí o vigia me ligou e disse “tem uns policiais aqui”. Aí eu falei com eles no telefone e falei “eu vou aí pra falar com o senhor”. (...) Aí o policial disse ainda no telefone “Não, acho melhor não vir, porque senão eu vou ser obrigado a te prender, mas eu só quero falar com o seu marido”, aí eu falei “Não, meu marido tá em Goiânia”. Ele realmente estava em Goiânia. Aí eu passei o telefone. Eles se falaram no telefone e os policiais pediram 100 mil reais para deixar quieto. (...) Aí meu marido falou “não, eu não tenho esse dinheiro e também não é nada meu”. (...) Eu sei que no desacordo deles, o policial falou “eu vou destruir a sua vida”. [Rafaela (P1): 52 anos, branca, viúva, tem 2 filhos, 7ª série do Ensino Fundamental]

E o discurso das mulheres passa a mudar e percebe-se que o crime começa a se tornar um valor positivo que denota o novo status social da mulher<sup>15</sup>; nestas circunstâncias, elas não são apenas companheiras de afeto, passam a se tornar também companheiras no crime. No relato abaixo, a jovem mulher que já se reconhecia como *cunhada*, explica como a mulher é vista, quando é perguntada sobre o PCC<sup>16</sup>:

De mulher eles não gostam muito não. Porque eles falam que mulher não tem, como vamos dizer, a mulher tem dó e o homem não (...). Vamos dizer, uma missão que ele tem que fazer ele não pensa, ele faz. E a mulher fica com medo. A mulher ela tem dó de fazer o que foi passado pra ela fazer, então eles preferem mais homem. (...). Ele só me convida se ele tiver certeza de que eu vou fazer, se ele perceber esse medo numa mulher, ele não vai convidar ela pra ser uma irmã, pra fazer parte da facção porque ele sabe que na hora que ela tiver que fazer, ela não vai fazer porque ela ficou com medo. (...) A primeira vez que eu caí eu caí num ‘BOzinho’ pequeno. Eu caí na cinco, que não foi eu que fiz, mas

---

<sup>15</sup> Muitas mulheres entram no tráfico através do marido ou companheiro, realizando atividades secundárias e inferiores, mas como aponta Cortina (2015), para muitas mulheres o crime é uma escolha pessoal podendo estar ligado ao lucro, consumo e por trazer poder, reconhecimento e *status* social.

<sup>16</sup> A mulher que transmite confiança para os membros da facção e já tem envolvimento em algumas funções recebe o nome de ‘cunhada’. Quando a mulher é convidada para fazer parte da facção deve passar pelo ‘batismo’ e, assim, será nomeada como irmã e seguir o seguinte estatuto: primeiramente a facção, em segundo Deus e por último a família.

eu segurei pra livrar o menor, que o menor trabalhava pra mim ele era ‘vapor’ e o moleque ganhava muito dinheiro. [Frida (P1): 26 anos, branca, casada, 2 filhos, 8ª série do Ensino Fundamental]

Mesmo quando a mulher assume a bronca do companheiro, no discurso, já não é apenas uma vítima; a mulher fala de si sem lamentos, compreendendo perfeitamente os riscos e custos de fazer parte do mundo do crime; ela assume sua condição e em alguns momentos pode até tirar “proveito” desta situação de subalternidade, mas já há um protagonismo em sua fala; o peso que nossa sociedade coloca sobre as mulheres é maior sobre os homens, mas no discurso, a desigualdade de gênero parece ser colocada de cabeça para baixo:

É muito sofrido, porque quando eu tava na rua eu tava trabalhando em um restaurante, mas aí eu engravidei e eu não tinha carteira assinada e o meu patrão ele não pagava pra gente certo. Aí eu tava com dificuldade, muitos sangramentos na minha gravidez, e quando eu fui ver eu tinha recebido uma proposta e eu aceitei, de transportar droga de um lugar para o outro, porque nada naquilo era meu, e era muita droga, era de 50 kg de maconha não era meu. (...) Eu levava de um lugar para o outro, ia ter um dinheiro e eu aceitei. (...) Tinha uma menina de 16 anos comigo, ela ficou 1 mês e saiu. Acho que foi denúncia, porque chegou dois caras à paisana e puxou minha bolsa, aí eu falei “eu tô grávida”, aí ele falou “eu sei que você tá grávida.”. Aí falou pra mim falar de quem eu tinha ido buscar, aí eu falei “eu não posso fazer isso”, porque lá fora eles querem a minha vida, e eu jamais ia falar, porque é assim, paga com a vida, então é complicado, eu tenho filho, minha mãe. Aí eles chamaram a ROTA, foram agressivos, só não me bateram porque eu tava grávida, pegaram meu braço, me chacoalharam, e eu falando que tava grávida. Me levaram pra tipo uma garagem, umas vans, aí levou a menor pra um canto, levou eu pra outro, falando que ia me matar, aí eu falei “quer me matar pode me matar, mas deixa só meu neném na minha barriga, pode me dar um tiro na cabeça já que você quer me matar”. Mas só apertaram meu braço assim e me bateram. [Iolanda (P1): 34 anos, parda, solteira, tem três filhos, 1ª série do Ensino Médio]

Se eu falar que foi por causa do pai da minha neném eu estou mentido, porque não foi. Não foi mesmo. Eu mesma foi por causa de uma colega que eu tinha, que o marido dela já é envolvido e ela sabia que eu estava passando por uma dificuldade. Ela falou, perguntou assim: “você quer fazer tal negócio, tá aqui, meu marido estava perguntando de uma menina e eu pensei em você, o dinheiro não é muito, mas” [Simone (P1), 34 anos, parda, solteira, 3 filhos, 7ª série do Ensino Fundamental]

O transporte de drogas é um lugar de subordinação na lógica do crime, mas é também um degrau da escada hierárquica que leva as mulheres a posições de mais importância. Servindo como mulas, as mulheres procuram abrir espaço para uma luta, ainda injusta, por igualdade no interior da hierarquia do crime. Elas aceitam os riscos desta atividade, geralmente ocupadas por homens<sup>17</sup>. A valorização da posição

---

<sup>17</sup> Soares e Ilgenfritz (2002) afirmam que há uma tendência de que as mulheres, ao passo que cada vez mais se equiparam aos homens no desempenho dos papéis sociais, principalmente econômicos, venham por se envolver no tráfico de drogas, justificando em parte o aumento dos índices de encarceramento feminino, de modo que a mulher não deixa de ocupar um lugar subalterno na estrutura do crime, tendo inclusive uma menor margem de manobra junto à polícia dada sua posição. Mas este quadro está mudando sensivelmente.

de criminosa aparece sem ambiguidade no relato de uma presa. O crime tem seus atrativos em termos econômicos e de status, o crime se converte em *business* que requer aprendizado:

Acho que é a independência que as mulheres querem também. As mulheres adquiriram muita independência, então elas, elas querem né. Muitas delas querem, tipo assim, não ser, elas querem ser independentes. Então, elas acham que vão fazer e tal, e caem na cadeia. Aí, por isso que muitas voltam. (...) Elas saem daqui, não com uma visão boa. Elas aprendem outras coisas aqui, a fazerem business aqui dentro, então, elas acham que lá fora vão fazer muito mais. Aí, elas acabam voltando, mas elas, na verdade, não adquiriram a sabedoria que isso aqui queria passar pra elas. Mas não adquiriram, aí o que acontece? Elas acham que podem tudo, aí elas vão para outro patamar de coisas. Vão fazer outras coisas erradas. Aí vão passando pra uma, que vai passando pra outra, sabe? [Valéria (P1): 39 anos, branca, casada, 1 filho, Ensino Médio Completo]

Entrei nessa vida, mas nunca porque eu precisei, sempre fui buscar alguma emoção, adrenalina, acabei entrando nessa vida por conta do meu irmão e por estar sempre perto dele e dos amigos dele, meu pai já falecido morava no Paraguai e como eu já conhecia muita gente lá achei mais fácil começar pelo Paraguai mesmo no tráfico, eu morava até que próximo em Cuiabá. [Emília (P2), 41 anos, parda, casada, sem filhos, Ensino Médio Completo]

No relato abaixo, também não há titubeações, a mulher relata suas atividades no tráfico com naturalidade, uma atividade econômica como qualquer outra, que é regida pela lógica da necessidade e do ganho; inclusive ela usa os termos tráfico e traficante sem valorizações negativas:

Eu estava traficando, guardava drogas em casa, tinha lugar certo para guardar, mas naquele momento eu estava guardando em casa, guardava e fazia as contas, alguém passava para mim e repassava depois. Eu tirava meu dinheiro, já contava com o dinheiro. Eu já tinha traficando antes assim que me separei do meu marido ele não pagava pensão nem nada, no aperto em casa acabei indo pra rua. Isso foi quando eu fui morar em uma favela e deixei de morar no fundo da casa da minha mãe. Eu só vendia nessa época, depois tive uns problemas com eles e sai. Morei em um a casa invadida em outra favela, morei nessa casa por 3 (três) anos e fui demitida do meu emprego de gerente foi ai que comecei a traficar de novo e acabei sendo presa. Era mais do ambiente mesmo e entrei nessa porque precisava de dinheiro. [Salomé (P1), negra, separada, 34 anos, 2 filhos, Ensino Médio completo]

A mesma entrevistada não tem receios em falar da sua situação no cárcere e da razão pela qual foi detida e condenada: “Me pegaram com 58 gramas, mas sei que eu não estou presa por tráfico e sim por eu ter outras passagens, mas para mim foi a coisa mais maravilhosa porque se fosse pouco eu saia e voltava e assim não, estou aqui há 3 anos e 2 meses não dá para esquecer”. Tudo indica que a inserção no crime aumenta o status da mulher na prisão. As mulheres não hesitam ao falar da situação da cadeia e em relatar, com certo orgulho, a sua participação em rebeliões:

Já participei de rebeliões, mas há muitos anos atrás, quando alguém gritava “vamo por fogo”, todos falavam vamos. Quando tinha tropa de choque, o chamado eles batiam, gritavam “quem manda aqui é o GOE”, quando a tropa de choque eles xingam a gente de vagabunda. Eles entram com uns capacetes pretos parecem um dragão. (...) Eu nunca apanhei, mas eles batem, recentemente bateram em uma menina. [Shirley (P.1), 41 anos, negra, união estável, 3º série do Ensino Fundamental]

Podemos observar uma gradual mudança na maneira como o protagonismo das mulheres no mundo do crime aparece no discurso. Estas mulheres não são mais apenas companheiras subalternas. Elas também não se limitam mais à posição de meras cúmplices. Elas estão testando os limites, no plano discursivo e no das experiências no crime e na prisão, a ordem hierárquica da dominação masculina.

## **Conclusões**

As transformações recentes do lugar das mulheres no mercado de trabalho, na família e na política têm como contraponto a posição subalterna que as mulheres presas ocupam no mundo da punição e do crime. A punição, com todas as suas características de privações e de sofrimentos, é mais dura para as mulheres em razão de sua condição de gênero. As mulheres são submetidas a condições inadequadas em vários sentidos, o que provoca, certamente, a multiplicação das punições, para além da simples privação de liberdade. O cárcere representa um lugar de uma punição legal, mas também, de execração social e de humilhação moral. Mais ainda, e pior, a mulher presa é privada das condições de maternidade, de cuidado dos filhos, do acesso à família por meio das dificuldades impostas às visitas, distância e isolamento em relação aos filhos e aos companheiros. As mulheres presas tornam-se infames e esta infâmia, como um estigma, marca suas trajetórias sociais e prisionais para o resto de suas vidas. A literatura sobre encarceramento em geral e prisões femininas em especial tem demonstrado esta faceta de discriminação das mulheres por sua condição de gênero. Então, além de punir, o cárcere reforça as desigualdades e lembra às mulheres seu lugar numa sociedade ainda fortemente marcada pela misoginia e pela violência contra as mulheres. Não obstante, percebe-se que, no plano dos discursos colhidos nas entrevistas e nas observações de campo, as mulheres estão passando por mudanças também neste universo do crime e do castigo. Cada vez mais, as mulheres estão sendo punidas e se engajam no mundo do crime não apenas e tão-somente como mães ou esposas que falharam em seus papéis domésticos, mas acima de tudo, porque estão encontrando espaço neste mundo essencialmente marcado pela dominação masculina. As instituições penais que, sabemos, não cumprem seu papel de ressocialização, reproduzem as desigualdades sociais e reforçam relações de poder dissimétricas, devolvendo as mulheres a seu lugar de subalternas mesmo quando ganham, na luta diária contra a violência, algum espaço para exercer e expressar seu protagonismo.

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da ciência, do estado e de deus*. O surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. USP. São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, Manuela Ivone P. *A prisão feminina como 'ilha de Lesbos' e 'escola do crime'*: Discursos, representações, práticas. *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários*, 1(2), 1991.
- CORTINA, Mônica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 761-778, setembro-dezembro/2015.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo, et all. *A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5.ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul*. Pelotas, PUC. 2008. Relatório de Pesquisa.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DINIZ, Débora. *Cadeia: Relatos sobre mulheres*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *O uso dos Prazeres e as Técnicas de Si*. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Forense Universitária, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. "A Tecnologia do Gênero." Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- IRIGARAY, Luce. A questão do outro. *Labrys, Estudos feministas*, n. 1-2, 2002, p. 1-12.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MCLAREN, Margareth. *Práticas de si: Da transformação de Si à Transformação Social*. Em: Foucault, feminismo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2016.
- MELO, Juliana, ALVES, Leonardo e CAVALCANTE, José. "Do lado de dentro e do lado de fora: justiça e criminalidade a partir de perspectivas de mulheres em situação de prisão e na condição de visitantes" in

Vivência. **Revista de Antropologia**, 01 (46), 2015. PP: 113-130

PADOVANI, Natália Corazza. **“Perpétuas espirais”**: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977–2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2010.

PERROT, Michelle. **Escrever a história das mulheres, em: Minha História das Mulheres**. 2ª ed, 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2017

PIMENTEL, Elaine. “Prisões femininas: por uma perspectiva feminista interseccional”. Em: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. (Orgs). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF : Technopolitik, 2017.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SIQUINELLI, Larissa Delle. **A construção sócio-jurídica do não acesso à justiça**: as demandas por direitos das mulheres encarceradas no estado de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília/SP, 2018.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2012.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Luís Antônio Francisco De Souza; SIQUINELLI, Larissa Delle. Confinar para submeter: Um estudo sobre as condições de encarceramento de mulheres no Brasil contemporâneo. **Revista ambivalências**, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n.12, pp.130-152, 2018. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/issue/view/685/showToc>>.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de Souza. As contradições do confinamento no Brasil. Uma breve revisão da bibliografia sobre encarceramento de mulheres. **Sociedade em Debate**, v. 22, p. 104-156, 2016.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2011.